



DELIBERAÇÃO:		APROVADA / REPROVADA POR:	
N.º <u>82</u> / 2016		Majoria , 02 / 03 / 2016	
REUNIÃO			
Ordinária <input checked="" type="checkbox"/>	Extraordinária <input type="checkbox"/>	Pública <input type="checkbox"/>	Privada <input checked="" type="checkbox"/>
O SECRETÁRIO:		O PRESIDENTE DA CÂMARA:	
<i>Paula Monteiro</i>		<i>Carlos Humberto de Carvalho</i>	

PARA EXECUÇÃO:

Secretaria Geral

PROPOSTA:

N.º 27 / 2016 / GP**PROPONENTE:** Presidência**PROVENIÊNCIA:** DGAG – Secretaria-Geral**ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA DE CMB REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Tendo em conta o disposto pelo n.º 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, proponho a aprovação da ata da reunião ordinária privada da Câmara Municipal do Barreiro realizada em 3 de fevereiro de 2016.

Mais proponho, que a presente proposta seja aprovada em minuta conforme disposto pelo nº 3 do artigo 57º do diploma legal atrás referido.

O Presidente da Câmara,

(Carlos Humberto de Carvalho)

- REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA -

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Miguel Bombarda, S/nº., na União das Freguesias do Barreiro e Lavradio, no Concelho do Barreiro, teve início pelas dezassete horas e quarenta e nove minutos, uma reunião ordinária privada do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Carlos Humberto Palácios de Carvalho, estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sofia Amaro Martins, Regina Célia Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Teresa Costa, Luis Filipe Pimenta Ferreira, Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa e Dino Miguel Vilelas Soares.

AUSENCIAS: Senhores Vereadores, Marcelo Correia de Sousa Moniz por motivos de saúde e Rui Jorge Fernandes Faria, por motivos profissionais.

SUBSTITUIÇÕES: Pelos senhores Vereadores, Frederico Rosa e Dino Soares

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

O senhor Presidente, propõe que a proposta de Saudação entregue na mesa e subscrita pela Vereadora Regina Janeiro, fique para o fim deste período de Antes da Ordem do Dia.

Pergunta aos senhores Vereadores se tem questões a colocar.

A Vereadora Teresa Costa – Solicita que o senhor Presidente confirme se for possível, se finalmente já foi agendada, a reunião pedida à senhora Secretária de Estado da Administração Interna, para se tratar de assuntos relacionados com a esquadra da PSP no edifício cedido pela câmara.

Sobre outro assunto que já foi colocado em reuniões anteriores e que tem que ver com a questão da ADSE. Foi finalmente feito no vencimento de janeiro o primeiro acerto relativo aos descontos indevidos para a ADSE. Mas os trabalhadores têm alguma dificuldade em fazerem

as contas dos totais do dinheiro a reembolsar. Pergunta se era possível aos serviços fornecerem as informações necessárias aos trabalhadores dos cálculos que foram realizados.

O Vereador Luis Ferreira – Há uma questão que os preocupa e que tem que ver com o estado das instalações da José Magro. Continuam os problemas de humidade, maus cheiros e de falta de condições de trabalho. Pergunta se a situação está identificada e se à alguma previsão de resolução.

Em relação aos problemas de descontos para a ADSE, parece-lhes fazer todo o sentido que os trabalhadores sejam informados com uma carta anexa ao recibo de vencimento, com o valor global e como foi apurado.

Imagina que já existam valores globais correspondentes ao erro que existiu no processamento, por outro lado gostava de perceber se estas verbas ficaram na posse da autarquia ou se foram enviadas para a ADSE.

Sobre a questão das instalações da PSP queria perceber porque é que as obras não começaram no ano transato.

Uma situação que aconteceu recentemente com um dos clubes com maior história na Cidade, o Barreirense. Está a atravessar um período muitíssimo difícil. Tem cerca de um ano para reunir uma quantia muito avultada, cerca de quatrocentos e sessenta e seis mil euros.

O senhor presidente da câmara mostrou toda a solidariedade e mostrou disponibilidade por parte da autarquia para procurar resolver a situação.

Do ponto de vista prático gostaria de perceber o que se está a fazer neste caso.

A Vereadora Teresa Costa – As obras no edifício da PSP estavam previstas para o ano 2015 ou 2016, do que veio a público e do protocolo assinado. É importante que a esquadra da PSP, passe para o centro.

O Vereador Frederico Rosa – Quer saber se têm a noção, de que a verba que foi prometida se já se encontra cabimentada no orçamento para este ano de 2016.

A Vereadora Sónia Martins – Sobre a 5ª esquadra do Barreiro, diz que é uma preocupação de todos. E por todos deve ser reclamada. É uma aspiração justa, para que o efetivo da PSP, possa ter melhores condições de trabalho.

Este elemento âncora, ajuda a melhorar as condições e a aproximar o efetivo do centro do Barreiro.

De facto têm um acordo com o Ministério da Administração Interna. Não é uma verba que se possa encontrar facilmente no orçamento, por se encontrar no meio de outros investimentos para a PSP.

O acordo foi feito segundo um princípio de um estudo prévio que existia. Na conclusão do projeto, foi diagnosticado mais algumas necessidades por parte da PSP. O projeto foi adaptado a essas necessidades e acordado entre as partes, o MAI, a PSP e a Câmara do Barreiro. É o remanescente dessa verba que falta fechar em termos de aditamento ao protocolo.

Fizeram um pedido de reunião à senhora Secretário de Estado da Administração Interna, Dr.^a Isabel O'Neto, em dezembro passado. A reunião está marcada para dia 11 de fevereiro, contam que essa questão fique sanada nesta reunião.

O Vereador Rui Lopo – Sobre a questão da ADSE, diz já ter sido explicado pessoalmente a 37 trabalhadores, os quais não apresentaram dúvidas sobre a metodologia de cálculo, nem sobre os valores identificados. Esta explicação foi lhes dada presencialmente pelo responsável dos Recursos Humanos.

Não tem ainda valores totais, incidem em percentagens muito diferentes ao longo dos anos, aguarda que lhe identifiquem o valor total.

No concreto os valores são relativamente residuais. Depende naturalmente das disponibilidades de cada um.

Pela explicação que lhe é dada, os valores foram todos transferidos para a ADSE.

O que solicitou era em que medida seria possível que a própria folha salarial fosse mais explicativa, mas não é fácil.

A orientação que deu aos serviços foi a de que se explicasse individualmente a cada trabalhador.

A Vereadora Sónia Martins – em relação às instalações da José Magro, não tem registo do que foi colocado, sobre as questões da falta de condições de trabalho.

Admite que existe um problema de humidades nas instalações. Este problema está a ser acompanhado junto do condomínio do edifício.

Foi acionado o seguro da câmara, e o perito já identificou qual é o problema. Tem que ver com um mau funcionamento do edifício.

O Presidente – Sobre o Futebol Clube Barreirense diz que já conhecem este problema há alguns anos e que este problema não tem nada de novo.

Têm acompanhado muito de perto o F.C.B. e a única coisa que tem de novo é que o Barreirense quis tentar chegar a um entendimento com o credor, porque isto era o melhor para o clube.

O que tem dito à direção do Barreirense e o que tem dito publicamente, é que dentro da medida do possível, dentro dos equilíbrios que estas coisas tem e da equidade que é preciso ter na resolução destes problemas, contam com a câmara do Barreiro.

Tem vindo a trabalhar sozinhos e com o Barreirense, para fazerem caminhos, que podem dar um contributo importante.

Estão muito em cima do acontecimento.

O Vereador Luis Ferreira – Questiona se os descontos dos trabalhadores para a ADSE, não são liquidados por uma fatura global que é emitida pela ADSE.

O Vereador Rui Lopo – Não faz ideia, trabalha com os serviços que lhe dão a informação e que depois terá todo o gosto em transmitir como é feito o processamento.

O Presidente – O dinheiro foi para a ADSE.

O Vereador Luis Ferreira – Só queria perceber como ocorreu o erro e em que medida é que as verbas foram transmitidas.

De seguida e após as intervenções, passou-se à discussão dos seguintes documentos, que após apresentação dos mesmos, foi por todos os presentes manifestado o seu acordo.

1 INFORMAÇÃO SOBRE O DEVER DE CONHECIMENTO DOS ATOS PRATICADOS, COM A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DO PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL DO ÓRGÃO EXECUTIVO – (ANEXO B)

O Vereador Luis Ferreira – Têm o dever de conhecimento, mas tem algumas diferenças de opinião sobre esta matéria

Têm o direito à informação, e neste documento há uma enorme escassez de informação.

Faz uma sugestão construtiva de que em termos futuros, houvesse do ponto de vista dos serviços uma pequena informação que justificasse, por exemplo, porque é que se recorre a um

jurista, para terem algum tipo de auxílio, relativamente a um processo, quando a camara tem advogados avençados.

Questiona o que é isto da aquisição de serviços para a elaboração de relatórios para a avaliação de imóveis, porque é que não é feito pela autarquia.

Não tiveram sequer acesso à requisição.

Podiam todos ter a ganhar do ponto de vista da transparência, se os serviços anexassem uma fundamentação em que se explicasse, qual era o objetivo e porque motivo a autarquia não consegue responder a esta necessidade

O Presidente – Relativamente à avaliação, não tem avaliadores nem condições de fazer a avaliação da Quinta do Braamcamp.

2 SAUDAÇÃO AO BASQUETEBOL DO BARREIRO;

Proveniência: VEREADORA REGINA JANEIRO

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 42/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo C**".

- ORDEM DO DIA -

1 PROJETO DE ALTERAÇÕES AO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DO BARREIRO”, CUJA VERSÃO EM VIGOR FOI APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 09/04/2008 E EM REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29/04/2008 E ESTÁ PUBLICADA NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO;

Proveniência: GABINETE PRESIDÊNCIA

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 43/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo D**”.

A Vereadora Regina Janeiro – Explica as alterações que foram introduzidas ao regulamento e a necessidade da sua atualização.

O Vereador Luis Ferreira – Agradece o bom acolhimento que tiveram as propostas que fizeram em relação ao regulamento.

Acrescenta que faz sentido que na cerimónia do “Barreiro Reconhecido”, seja voltada para o exterior e para isso deveria de ser introduzido um momento que atraia mais as pessoas para esta cerimónia.

A Vereadora Teresa Costa – Felicita a forma como o documento foi construído. Quer na reunião, que tiveram quer na aceitação posterior das sugestões enviadas. Chegaram a um documento mais atual e também com o acordo de todos.

O Presidente – Seja qual for a iniciativa a introduzir na cerimónia do “Barreiro Reconhecido”, têm que dar dignidade ao momento da entrega das medalhas.

- 2 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO ATÉ AO MONTANTE DE € 8.379.704,66 (OITO MILHÕES, TREZENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E QUATRO EUROS E SESSENTA E SEIS CÊNTIMOS) PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA POR AMORTIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO NO ÂMBITO DO PAEL;**

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 44/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **"Anexo E"**.

O Vereador Luis Ferreira – Faz uma reflexão no sentido de ser muito positiva a poupança que foi alcançada, pois tratasse de um valor significativo.

A Vereadora Teresa Costa – Se para a autarquia é mais vantajoso, é de todo o interesse ir-se para esta solução.

- 3 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA AQUISIÇÃO DA QUINTA DO BRAAMCAMP ATÉ AO MONTANTE DE € 2.900.000,00 (DOIS MILHÕES E NOVECENTOS MIL EUROS);**

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 45/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **"Anexo F"**.

O Vereador Luis Ferreira – Quer colocar duas questões prévias, antes da discussão das propostas de empréstimo.

No mapa que é fornecido pelos serviços, aparece a dívida aos Serviços Municipalizados de Transportes coletivos, de cerca de quatro milhões de euros.

O Presidente – Não é aos é dos Transportes Coletivos a terceiros. E isso conta para o limite de endividamento das contas da câmara.

O Vereador Luis Ferreira – O limite de endividamento da autarquia é de sete milhões trezentos e setenta mil euros. O conjunto de empréstimos que hoje vão votar, pelas suas contas, dá-lhe um valor de cerca de oito milhões e oitocentos mil euros.

Os próprios serviços na proposta sete (a de um milhão e meio), anexam o quadro de endividamento global.

A lei quando fala para aquilo que é o limite de endividamento total remete para o artigo 49º, em que são definidos os regimes de crédito dos municípios.

A Vereadora Sónia Lobo – é um empréstimo com características diferentes, sendo de curto prazo e como a própria proposta faz referência é de conta corrente e que a sua utilização pode ir até ao limite de um milhão e meio, sendo que não estão a dizer que o vão utilizar na sua totalidade.

A utilização da conta corrente é feita à medida do que vai sendo usado. Neste caso concreto só à medida da sua utilização.

O Presidente – Este empréstimo tem que ser pago até ao fim do ano civil.

É um empréstimo de conta corrente, não conta para o endividamento e sobre isso não tem dúvidas.

O Vereador Luis Ferreira – A questão concreta em relação à aquisição da Quinta do Braamcamp.

O Partido socialista manifestou desde o primeiro momento a sua adesão à proposta em expectativa que se revelasse um bom investimento para o concelho.

Do ponto de vista da fundamentação da proposta acham que lhe faltava alguns dados, nomeadamente uma avaliação do valor do imóvel daquele território.

O Presidente – Este documento da avaliação já estava no dossier, mas admite que não foi distribuído na altura.

O Vereador Luis Ferreira – sublinha a necessidade de acompanharem esta questão com alguma cautela. Nomeadamente, que não venham a transformar este investimento que tem que ver com o nosso património, com a nossa memória histórica e também tem uma componente paisagística e ambiental que não é despiciante. Pede muito cuidado com a operação imobiliária, tem que ter muito cuidado com a tentação.

Via com muita preocupação criarem ali um condomínio de luxo.

A Vereadora Teresa Costa – o Partido Social Democrata, também sempre foi a favor desta aquisição, mas tem algumas preocupações no que poderá surgir.

Diz ser óbvio de que se trata de uma zona primordial junto ao rio, mas que poderá depois vir a ter outros problemas de gestão e de segurança.

O Presidente – é estratégico, este investimento que estão a fazer para o Barreiro.

Considera que poderá dar um contributo muito importante, assim consigam construir o conceito e depois concretiza-lo.

Têm coisas muito boas no Barreiro e podem mudar o concelho. Toda a frente ribeirinha desde o Lavradio a Coina.

Com a consciência de que é um projeto extraordinariamente exigente do ponto de vista financeiro e de todo o esforço que implica.

O conceito fundamental é que a quinta seja utilizada como espaço público, o que não quer dizer que não possa vir a ter alguma construção.

Não defende a construção de nenhum condomínio privado, nem à partida de habitação.

O que não quer dizer que o equipamento público não seja explorado por privados.

4 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NA QUINTA DO BRAAMCAMP, PROMOVEDO A SUA ABERTURA AO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO TERRITÓRIO DE ALBURRICA ATÉ AO MONTANTE DE € 1.800.000,00 (UM MILHÃO E OITOCENTOS MIL EUROS);

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 46/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo G**".

5 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA AQUISIÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO TRADICIONAL (MULETA) ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00 (TREZENTOS MIL EUROS);

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com três votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 47/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo H**".

O Vereador Luis Ferreira – desde a primeira hora que revelaram algumas reservas e algumas dúvidas quanto a este investimento.

O pedido de autorização era um pedido genérico. A Muleta desde o primeiro momento que lhes levanta algumas dúvidas.

Têm em cima da mesa um empréstimo de um milhão e quinhentos mil para resolução de problemas de tesouraria da autarquia.

O concelho tem um conjunto de carências. Têm problemas de pavimentações que começaram a ser resolvidos.

Poderia fazer algum sentido adiar este investimento para uma outra altura e tentarem concentrar estes trezentos mil euros, num aspeto mais concreto daquilo que é a vida dos barreirenses.

Para o Partido Socialista este investimento não é prioritário.

O Presidente – O Varino tem mais dois ou três anos de vida. E a Muleta leva dois anos a ser construída.

É uma questão de opção.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR LUÍS FERREIRA

"O Partido Socialista votou contra esta proposta de adjudicação de um empréstimo para a construção de uma MULETA, por considerar que neste momento, o momento em que começam a ter alguma perceção de certas dificuldades de tesouraria da autarquia.

Que este investimento podia ser de alguma forma adiado e também no decurso desta reunião encaram com alguma preocupação, serem retirados alguns investimentos que estavam a acolher com muito bons olhos nas áreas sociais. Entendem, que esses sim deveriam ser privilegiados.

Percebendo também que haja evidentemente uma apreciação diferente sobre esta situação".

6 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL ATÉ AO MONTANTE DE € 2.300.000,00 (DOIS MILHÕES E TREZENTOS MIL EUROS);

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 48/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo I**".

O Presidente – inicialmente tinham previsto um investimento de cinco milhões. Na altura a capacidade de endividamento era de dez milhões. Agora com os cálculos, são sete milhões e trezentos e sessenta mil euros.

Este empréstimo é no fundamental para investimentos em áreas que tem apoio dos fundos comunitários.

Fizeram dois tipos de candidaturas a fundos Comunitários. No âmbito do PACTO, à volta de três milhões e no âmbito do PEDU de três milhões.

As candidaturas do PACTO, estão a abrir, hoje abriu o que têm em moinhos. Vão abrir o que tem em escolas e a curto prazo vai abrir o que têm em eficiência energética.

O que tem no âmbito do PEDU, que eram as intervenções em mobilidade, e em reabilitação em áreas desfavorecidas, ainda não foi aprovada a candidatura global da área Metropolitana de Lisboa.

Ainda não podem fazer este investimento.

Não esgotam as suas capacidades de endividamento por duas razões. Primeiro porque a capacidade de endividamento em 2016 vai subir no mínimo chegará aos dez milhões. Se não houver alterações na lei.

Neste momento a capacidade de endividamento da câmara é cerca de quarenta milhões, só que as autarquias só podem utilizar uma parte da sua capacidade de endividamento.

Os fundos comunitários não contam para a capacidade de endividamento.

Uma outra discussão que mais tarde terão de fazer é até onde se devem endividar.

Na sua opinião deviam de se endividar até ao ponto em que tenham capacidade de solver os seus compromissos.

Hoje o que se diz é que esta é a última, oportunidade que têm de apoio de Fundos Comunitários.

Optaram pelas coisas que eram mais urgentes e que tinham à partida financiamento a curto prazo.

A Vereadora Sónia Lobo – acrescenta que iniciaram em 2015 com um limite de endividamento de seis milhões e que terminaram o ano com um limite de endividamento de dez milhões.

A Vereadora Teresa Costa – Pensa que independentemente de poderem recorrer aos fundos Comunitários ou não. Deve de haver alguma cautela e prioridade.

Gostaria de perceber porque é que é nestas três intenções de utilização deste empréstimo que há a necessidade e a prioridade de investimento.

O Vereador Luis Ferreira – Todos tem a preocupação da sustentabilidade e do equilíbrio financeiro da autarquia.

Tendo a perceção de que a capacidade de investimento está necessariamente muito presa a estes dois eixos. Ou seja, o eixo dos Fundos Comunitários Europeus e o eixo do que é a capacidade de endividamento da autarquia.

Era importante que até ao final do mandato pudessem dar um sinal claro, através de uma intervenção significativa nos territórios degradados e desfavorecidos.

Não desmerecendo os investimentos que agora estão a ser feitos e que também lhes parecem essenciais.

O Vereador Rui Lopo – O enquadramento dos financiamentos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável, têm um âmbito muito específico. Baliza muito aquilo que são, as necessidades de intervenção e as lógicas de intervenção. Com indicadores muito específicos. Não têm muita criatividade nos territórios a intervir.

Quer seja nas áreas interpretadas como desfavorecidas onde não há possibilidade de investir a não ser iminentemente em espaço público.

Quer no que diz respeito àquilo que é o enquadramento na Reabilitação Urbana, em que é designado como o Plano de Ação de Reabilitação Urbana, PARU.

Quer no que diz respeito ao Plano de Mobilidade Sustentável, em que também baliza muito bem o que se pode fazer. Ou dá para fazerem redes cicláveis e com determinadas filosofias e características ou dá para fazer Mobilidade Inteligente e informação às pessoas e aos utentes dos Serviços Públicos de Transportes.

O Presidente – Há três tipos de investimentos. Nas escolas nº 3, a construção de um bloco na escola dos Fidalguinhos e uma pequena intervenção de espaço público na escola 8.

Relativamente aos edifícios, uma intervenção urgentíssima num telhado e iniciar obras em outros edifícios municipais de instalações de trabalhadores.

Intervenção nas águas e esgotos, que não é cofinanciada na Rua Cárcamo Lobo no Lavradio

Relativamente às áreas sociais, nas comunidades desfavorecidas. No que os fundos comunitários permitam, farão alguma intervenção.

Mas pelos próprios meios vão continuar a intervir na Alves Redol e na Quinta da Mina

7 ADJUDICAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO ATRAVÉS DA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE PARA O ANO DE 2016 ATÉ AO MONTANTE DE € 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL EUROS);

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com três votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e uma abstenção da Vereadora do Partido Social Democrata, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 49/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo J**".

8 LCPA – AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS;

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 50/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo K**".

9 RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº33/2016 – ANULAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES COM A EUREST PORTUGAL - SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURADORES, LDA E ADJUDICAÇÃO À ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, LDA;

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 51/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo L**".

10 RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º32/2016-PROCESSO N.º 478/C-MERCADO ABASTECEDOR DO BARREIRO;

Proveniência: GSU – GABINETE SERVIÇOS URBANOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 52/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo M**".

11 DEVOLUÇÃO DE VERBA REFERENTE À EXECUÇÃO DE RAMAIS;

Proveniência: GEP – GABINETE DE ESTUDOS E PROJETOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sofia Martins, que passou a integrar a **deliberação nº 53/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo N**".

12 ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DA DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO BARREIRO E DOS RESÍDUOS URBANOS E HIGIENE URBANA – RELATÓRIO DE APRECIÇÃO E APROVAÇÃO;

Proveniência: DAR – DEPARTAMENTO ÁGUAS RESÍDUOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sofia Martins, que passou a integrar a **deliberação nº 54/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo O**".

13 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASQUILHOS, RELATIVO AOS ALUNOS DAS SALAS DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DA ESCOLA EB 2/3 QUINTA NOVA DA TELHA;

Proveniência: DISE – DIVISÃO INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 55/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo P**".

14 INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O REGIME JURÍDICO, REGRAS DE ACESSO, ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO BARREIRO;

Proveniência: DISE – DIVISÃO INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 56/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo Q**".

15 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTO ANDRÉ PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA TAÇA FEDERAÇÃO SÉNIORES FEMININOS;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 57/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo R**".

16 CEDÊNCIA DE TRANSPORTES A ENTIDADES DO CONCELHO;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 58/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo S**".

17 PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – OBRAS E EQUIPAMENTOS;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 59/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo T**".

18 PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO – APOIO À ATIVIDADE;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 60/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo U”**.

19 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL VIGILÂMBULO CAOLHO;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 61/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo V”**.

20 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À BANDA MUNICIPAL DO BARREIRO;

Proveniência: DPC – DIVISÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 62/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo W”**.

21 ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTES EM TÁXI – DP/483;

Proveniência: DPAM - DIVISÃO PLANEAMENTO AMBIENTE MOBILIDADE

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 63/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo X”**.

- 22 ALTERAÇÃO DO REGIME DE CIRCULAÇÃO NA TRAVESSA DA NOSSA SENHORA DA GRAÇA – QUINTA DO TORRÃO – PALHAIS – RV/15/15;

Proveniência: DPAM - DIVISÃO PLANEAMENTO AMBIENTE MOBILIDADE

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 64/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo Z**".

- 23 ACEITAÇÃO DEFINITIVA DAS INFRAESTRUTURAS E CANCELAMENTO DA RESPECTIVA GARANTIA BANCÁRIA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2010 – RUA DO MERCADO – COINA - LT/3/05/ALV;

Proveniência: DFC – DIVISÃO FISCALIZAÇÃO CONTRAORDENAÇÕES

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 65/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo AA**".

- 24 ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL E DO ORÇAMENTO PARA 2016;

Proveniência: DRH – DIVISÃO RECURSOS HUMANOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 66/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo BB**".

- 25 AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE 15 ASSISTENTES OPERACIONAIS;

Proveniência: DRH – DIVISÃO RECURSOS HUMANOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 67/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo CC**".

26 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES;

Proveniência: DISE – DIVISÃO INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com três votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 68/2016** encontrando-se inserta no final desta ata como "Anexo DD".

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -


O Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos, nada mais havendo a tratar da qual, para constar, se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- APROVAÇÃO DA ATA -

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de excoutoriedade imediata.

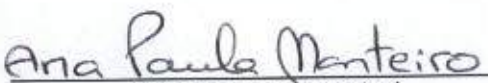
Para constar e produzir os seus efeitos legais, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião de dois de março do ano de dois mil e dezasseis, vai por mim ser assinada, Ana Paula Casimiro Monteiro, Assistente Técnica, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Carlos Humberto de Carvalho.

O Presidente



(Carlos Humberto de Carvalho)

A Secretária



(Ana Paula Monteiro)